

## DOCTRINA ESTRANGEIRA

### AUTONOMIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

**Fixação contratual dos direitos do credor. Um olhar luso-brasileiro**

Antonio Pinto Monteiro

**Private autonomy and testament's content in the inheritance right. The fall of traditional beliefs in the Italian legal system**

Vinzenzo Barba  
Carlo d'Orta

**Capacidade jurídica e sistema de apoios tras la convenção ONU de los derechos de las personas con discapacidad**

Immaculada Vivas Tsch

**Incidência de la constitucionalización del derecho privado en la regulación de la vida cotidiana de las personas — el caso del Código Civil y Comercial de la Nación Argentina**

Ricardo Luis Lorenzetti

## DOCTRINA NACIONAL

### AUTONOMIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO

**Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal**

Davino Gomede

Laura Scherzberg Mendes

Carolina Altemido, Helena G. Silva

Roberto Ricardo Gomes de Azeiteiro

### AUTONOMIA EXISTENCIAL

**O direito à existência civil de pessoas intersexuais: um questionamento do estatuto jurídico do gênero**

Ana Carolina Harmanus Libório

Andressa Reozina Basso dos Santos

**Autonomia das pessoas com transtorno mental: diretivas antecipadas psiquiátricas e contrato de Ulisses**

Eduardo Rocha Das

Graciele Bezerra da Silva Junior

**Privacidade e os desafios de sua compreensão contemporânea: do direito de ser deixado em paz ao direito ao esquecimento**

Marcelo Ehrhardt Junior

Bruno de Lima Aguiar

**A natureza jurídica da doação compartilhada de órgãos em técnicas de reprodução humana assistida**

Paula T. Moreira, E. Gonçalves de Lemos Pinheiro

Rafaela Jardim, Soti Walker

**Desafios para a tutela do direito de não saber: corpo, autonomia e privacidade**

Thamires Dalkeetter Mendes de Castro

### DIREITO CIVIL, IDENTIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

**A utilização dos precedentes judiciais como instrumento da metodologia do direito civil constitucional**

Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes

Rafaela Prado Aragão de Sousa

**A proteção da Pessoa com deficiência intelectual ou psíquica contra a fluência de prazos prescricionais**

Eduardo Nunes de Souza

Rodrigo da Guia Silva

**Liberdade de expressão e informação em face dos direitos da personalidade: análise com base na ADI nº 4.815**

Gil V. da Mota Pontes

Helena Raula Pontes

**Teoria da interpretação e relações privadas: a razoabilidade e o papel do juiz na promoção dos valores constitucionais**

Gustavo Tedesco

Direito fundamental e expressão religiosa:

entre a liberdade, o preconceito e a sanção

Luiz S. de Souza

**Interpretação do Direito Privado: o Direito Civil Constitucional prospectivo em diálogo com a Crítica Hermenêutica do Direito**

Roberto Henrique de Costa Faria

### NOVAS TECNOLOGIAS

**Plataformas digitais, big data e riscos para os direitos da personalidade**

Uma Prato

Da imprevisão ao equilíbrio contratual

Anderson Schuch

**Direitos de autor na era digital: desvendando fronteiras entre tecnologia e arte a partir de um caso concreto**

Fernanda Nunes Barbosa

### NOVAS FAMÍLIAS

**Casamento da pessoa com deficiência intelectual e psíquica**

Ana Carolina Grigolatto Teixeira

Joyceane Bezerra de Menezes

**O exercício da autonomia existencial do adolescente em processo de hormonioterapia em face da autoridade parental**

Andressa de Souza

**Destinação — A autonomia privada como fundamento para a desconstituição do vínculo paterno-filial**

Credivan Jorge Pereira Junior

Uma Otonia Araújo de Almeida

**Autonomia da pessoa com deficiência e tomada de decisão apoiada: alcances, efeitos e fins**

Vitor Almeida

### TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO SUCCESSÓRIO

**Uma releitura do direito real de habitação previsto no art. 1.831 do Código Civil**

Ana Luiza Dias Tavares

**Autonomia privada e flexibilização dos pactos sucessórios no ordenamento jurídico brasileiro**

Roberto Claudio Tavares

**Conexões: sucessão e direitos fundamentais**

Roberto Carlos Tavares

**Os herdeiros legítimos no Direito Civil contemporâneo: ampliação da liberdade de testar e proteção dos vulneráveis**

Giordana Maria Fernandes Figueiras Ribeiro

**O novo regime sucessório dos companheiros: primeiras reflexões**

Helena Helena Barbosa

**Colação pelo valor do benefício: uma análise funcional**

Roseli Melo Vinícius Mendes

### RISCO E RESPONSABILIDADE

**Fake news: como garantir liberdades e conter notícias falsas na internet?**

Chirya Spassiani de Lima

Carles Altimir, Roberto de Souza

**Responsabilidade civil objetiva e a mitigação da reparação dos danos**

Luiz S. de Souza

**A aplicação do nexo da intervenção (disgorgement of profits) no Direito Civil brasileiro: um novo dano no campo da responsabilidade civil ou uma categoria de enriquecimento sem causa?**

Roberto Henrique de Costa Faria

### Atualizações

**A inovação brasileira do "mínimo reparatório" penal e sua aplicação nos processos de Operação Lava Jato**

Wilson Figueiredo

**Responsabilidade civil por risco da atividade: reflexos e propostas à partir das tragédias de Mariana e da Boate Kiss**

Renato Roberto dos Santos

### PROTEÇÃO CONTRATUAL E VULNERABILIDADE

**A operatividade na cláusula resolutiva expressa**

Ana Carolina Grigolatto Teixeira

**A função social do contrato como fundamento na aplicação da teoria do adimplemento substancial: quando ocorre e quais as repercussões práticas**

Bruno Terra de Menezes

### PROPRIEDADE MATERIAL, PESSOA E MERCADO

**Vivendo nas ruínas: dados pessoais são objeto de propriedade?**

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

**Supervindimento: por um tratamento objetivo de débitos**

Daniel Bucari

**Desafios contemporâneos advindos do uso de bitcoins no Brasil**

Roberto Carlos Tavares

**Contributo para a delimitação dos novos contornos da exceção de contrato não cumprido**

Roberto Carlos Tavares

### ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E NOVAS FUNÇÕES DO CONDOMÍNIO

**Pactos comisorio e marcamo nos negócios jurídicos com escopo de garantia**

Roberto Carlos Tavares

**Admissibilidade do pacto marcamo no Direito brasileiro**

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

Roberto Carlos Tavares

# GUSTAVO TEPEDINO JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES

Coordenadores

# AUTONOMIA PRIVADA, LIBERDADE EXISTENCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

ISBN 978-85-410-0058-8

9 788541 000588

000588

000588

000588

000588

000588

000588

000588

000588

000588

000588



Assine nossa revista virtual  
www.editoraforum.com.br/revista



Constituição Federal

FÓRUM

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

# Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alicia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Isis Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delírio
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clevis Bezons	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Elhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Otton de Pontes Saraiva Filho
Emerson Galvão	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FÓRUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi - CEP 30130-012  
Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br - editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

A939 Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais/  
Gustavo Tepedino, Joyceane Bezerra de Menezes (Coord.). -  
Belo Horizonte : Fórum, 2019.

810p.; 17cm x 24cm  
ISBN: 978-85-450-0585-8

1. Direito Civil. 2. Direito Constitucional. I. Tepedino, Gustavo.  
II. Menezes, Joyceane Bezerra de. III. Título.

CDU 342.1  
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da  
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; MENEZES, Joyceane Bezerra de (Coord.). *Autonomia  
privada, liberdade existencial e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum,  
2019. 810p. ISBN 978-85-450-0585-8.

## APRESENTAÇÃO

GUSTAVO TEPEDINO, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES ..... 19

## DOCTRINA ESTRANGHEIRA

## AUTONOMIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

## FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR. UM OLHAR LUSO-BRASILEIRO

ANTÔNIO PINTO MONTEIRO ..... 23

1	Apresentação.....	23
2	Exclusão e limitação convencional da responsabilidade: noção e delimitação.....	24
3	Regime jurídico.....	27
3.1	Coordenadas do problema.....	27
3.2	Regime jurídico geral.....	30
3.3	Regime jurídico especial.....	30
4	Efeitos.....	32
4.1	Em caso de validade.....	32
4.2	Em caso de invalidade.....	32
5	Cláusulas penais: noção e funções.....	32
5.1	A pena como avaliação convencional do dano – a cláusula de fixação antecipada da indenização.....	33
5.1.1	A pena substitui a indenização.....	34
5.1.2	O credor não tem de provar o dano.....	34
5.1.3	Convenção sobre o dano excedente.....	36
5.1.4	Redução da pena.....	37
5.2	A pena como sanção – cláusulas penais compulsórias.....	41
5.2.1	Cláusula penal pura ou exclusivamente compulsória.....	43
5.2.2	Cláusula penal em sentido estrito ou propriamente dita.....	43
6	Conclusão.....	45

## PRIVATE AUTONOMY AND TESTAMENT'S CONTENT IN THE INHERITANCE RIGHT. THE FALL OF TRADITIONAL BELIEFS IN THE ITALIAN LEGAL SYSTEM

VINCENZO BARBA, CARLO D'ORTA..... 47

1	Introduction.....	47
---	-------------------	----

2	The planning of the right of succession of the testator through the categories of the deed between the living and the act of last .....	50
3	Private autonomy in inheritance law .....	51
4	The content of the testament and the private autonomy of the testator: the problem of the dissolution clause of the heir .....	55

#### CAPACIDAD JURÍDICA Y SISTEMA DE APOYOS TRAS LA CONVENCIÓN ONU DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD INMACULADA VIVAS TESÓN

1	Un decenio de convención ONU en el ordenamiento jurídico español .....	59
2	Dos preceptos clave de la convención: sus arts. 12 y 19 .....	64
3	Capacidad jurídica y sistema de apoyos: nuevas exigencias y nuevas respuestas .....	67
	Referencias .....	73

#### INCIDENCIA DE LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DEL DERECHO PRIVADO EN LA REGULACIÓN DE LA VIDA COTIDIANA DE LAS PERSONAS – EL CASO DEL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA

	RICARDO LUIS LORENZETTI .....	77
	Introducción .....	77
	La tutela de los vulnerables como pre-requisito para alcanzar la igualdad real .....	78
I	Autonomía privada .....	80
	Los sistemas de apoyo .....	84
	Rol del juez: trato personal y revisiones periódicas .....	85
II	Libertad existencial .....	85
III	Derechos fundamentales .....	88
	Conclusión .....	90

#### DOCTRINA NACIONAL

#### AUTONOMIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO

#### CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL

	DANILO DONEDA, LAURA SCHERTEL MENDES, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA, NORBERTO NUNO GOMES DE ANDRADE .....	95
	Impactos da introdução de IA em mecanismos decisórios: personalidade, autonomia e riscos de discriminação .....	97
	Autonomia, personalidade jurídica e responsabilidade de robôs .....	101
	A ética de dados como estrutura analítica e operacional para a compreensão e a aplicação de Inteligência Artificial e algoritmos .....	105
	Riscos e desafios éticos da IA .....	107
	Redução do controle humano .....	107
	Remoção da responsabilidade humana .....	108

	Desvalorização de competências humanas .....	108
	Erosão da autodeterminação humana .....	108
	Facilitação de condutas humanas controversas ou mesmo malévolas .....	108
	Preconceito e (in)justiça .....	109
	Benefícios e oportunidades da IA .....	109
	Cuidados de saúde .....	109
	Acessibilidade .....	109
	Agricultura e meio ambiente .....	110
	Transporte .....	110
	O papel dos quadros éticos corporativos .....	110
	Conclusão .....	112
	Referências .....	112

#### AUTONOMIA EXISTENCIAL

#### O DIREITO À EXISTÊNCIA CIVIL DE PESSOAS INTERSEXUAIS: UM QUESTIONAMENTO DO ESTATUTO JURÍDICO DO GÊNERO

	ANA CARLA HARMATIUK MATOS, ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS .....	117
	Introdução .....	117
2	Questionando o estatuto jurídico do gênero: a (in)existência da pessoa intersexual no Direito .....	120
3	A matriz heteronormativa perpassa o Direito: o jurídico como espaço de relações de dominação .....	125
4	Estratégias possíveis: o Direito em (trans)formação .....	128
5	Conclusão .....	133
	Referências .....	134

#### AUTONOMIA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL, DIRETIVAS ANTECIPADAS PSIQUIÁTRICAS E CONTRATO DE ULISSES

	EDUARDO ROCHA DIAS, GERALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR .....	137
	Introdução .....	137
2	Diretivas antecipadas em saúde mental e contrato de Ulisses .....	139
3	Compatibilidade entre as manifestações volitivas do paciente com transtorno mental e o Direito brasileiro .....	145
	Conclusões .....	149
	Referências .....	150

#### PRIVACIDADE E OS DESAFIOS DE SUA COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA: DO DIREITO DE SER DEIXADO EM PAZ AO DIREITO AO ESQUECIMENTO

	MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, BRUNO DE LIMA ACIOLI .....	151
	Introdução .....	151

1	A privacidade como valor moderno e sua evolução histórica .....	152
2	As origens do direito à privacidade nos EUA e o direito de ser deixado em paz.....	153
3	O direito à privacidade na Europa e no Brasil e a concepção contemporânea de privacidade.....	157
4	O direito ao esquecimento.....	160
	Considerações finais.....	163
	Referências .....	164

#### A NATUREZA JURÍDICA DA DOAÇÃO COMPARTILHADA DE OÓCITOS EM TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

PAULA MOURA FRANCESCO DE LEMOS PEREIRA,

RAFAELA JARDIM SOTO WALLAUER .....	167
Introdução .....	167
1 As técnicas de reprodução humana assistida.....	169
2 Doação voluntária e doação compartilhada de oócitos: um ato de autonomia corporal.....	176
3 A natureza jurídica da doação de gametas femininos e sua gratuidade.....	180
Considerações finais .....	185
Referências .....	186

#### DESAFIOS PARA A TUTELA DO DIREITO DE NÃO SABER: CORPO, AUTONOMIA E PRIVACIDADE

THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO .....	191
Introdução .....	191
1 A função promocional da privacidade.....	193
2 Expansão da tutela jurídica do corpo e da privacidade.....	196
3 O direito de não saber.....	200
4 Considerações finais.....	203
Referências .....	204

#### DIREITO CIVIL, CODIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

##### A UTILIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO INSTRUMENTO DA METODOLOGIA DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

ANA BEATRIZ LIMA PIMENTEL LOPES,

RAPHAELLA PRADO ARAGÃO DE SOUSA .....	207
1 Introdução .....	207
2 Metodologia do Direito Civil Constitucional .....	208
3 Breve abordagem sobre a Teoria do Direito aplicada ao Direito Civil.....	212
4 O ganho hermenêutico alcançado por meio dos precedentes judiciais na perspectiva do Direito Civil Constitucional .....	217
5 Conclusão .....	223
Referências .....	223

##### A PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU PSÍQUICA CONTRA A FLUÊNCIA DE PRAZOS PRESCRICIONAIS

EDUARDO NUNES DE SOUZA, RODRIGO DA GUIA SILVA .....	227
1 Introdução .....	227
2 Termo inicial dos prazos prescricionais e decadenciais em perspectiva funcional.....	231
3 Proteção do titular do direito com discernimento reduzido quanto ao termo inicial dos prazos de prescrição e decadência .....	239
4 Reflexos da mudança superveniente da capacidade do credor na fluência de prazos de prescrição e decadência .....	251
5 Indenização em favor do titular com discernimento reduzido pela inércia de seu representante legal em obstar ou arguir a prescrição.....	256
6 Síntese conclusiva.....	263
Referências .....	264

##### LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO EM FACE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE COM BASE NA ADI Nº 4.815

GINA VIDAL MARCÍLIO POMPEU, INÊS MOTA RANDAL POMPEU .....	269
1 Introdução .....	269
2 Liberdade de expressão como condição <i>sine qua non</i> para a democracia.....	270
3 A busca pela convivência harmônica entre a liberdade de expressão e os direitos da personalidade .....	273
4 Biografias não autorizadas como exercício da liberdade de expressão.....	275
5 Conclusão .....	280
Referências .....	281

##### TEORIA DA INTERPRETAÇÃO E RELAÇÕES PRIVADAS: A RAZOABILIDADE E O PAPEL DO JUIZ NA PROMOÇÃO DOS VALORES CONSTITUCIONAIS

GUSTAVO TEPEDINO.....	285
1 Técnicas de interpretação e o princípio da segurança jurídica: o <i>substantive due process</i> e os métodos da razoabilidade e da proporcionalidade .....	285
2 Incertezas conceituais sobre a razoabilidade: delimitação relativa ao conceito de equidade .....	289
3 Razoabilidade como método necessário e permanente: identificação dos critérios substanciais nas sentenças do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	290
4 Razoabilidade e proporcionalidade: identidade funcional na experiência brasileira.....	293
5 Os problemas do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional: o direito como criação permanente .....	295
6 Conclusão .....	296

##### DIREITO FUNDAMENTAL E EXPRESSÃO RELIGIOSA: ENTRE A LIBERDADE, O PRECONCEITO E A SANÇÃO

LUIZ EDSON FACHIN.....	299
------------------------	-----

## INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: O DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO EM DIÁLOGO COM A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO

<b>PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA</b> .....	309
1 Introdução .....	309
2 O Direito hoje e as três vertentes dos Direito Civil Constitucional .....	314
3 Pressupostos da Crítica Hermenêutica do Direito .....	319
4 Conclusão .....	326
Referências .....	326

## NOVAS TECNOLOGIAS

### PLATAFORMAS DIGITAIS, BIG DATA E RISCOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

<b>ANA FRAZÃO</b> .....	333
I Introdução .....	333
II As características e funções das plataformas digitais .....	334
III A relação simbiótica entre plataformas digitais, big data e big analytics .....	336
IV As plataformas digitais e os riscos para a privacidade e o controle sobre os dados pessoais .....	339
V As plataformas digitais e os riscos para a identidade e as opções de vida dos usuários: a caixa-preta dos algoritmos .....	341
VI As plataformas digitais e os riscos para a própria liberdade: o negócio de influenciar consciências .....	345
VII Considerações finais .....	347
Referências .....	348

### DA IMPREVISÃO AO EQUILÍBRIO CONTRATUAL

<b>ANDERSON SCHREIBER</b> .....	351
1 <i>Théorie de l'imprévision</i> : origem e expansão .....	351
2 A experiência brasileira .....	353
3 A imprevisível imprevisão: a arbitrariedade das decisões judiciais .....	355
4 O necessário deslocamento do foco para o desequilíbrio contratual .....	361
5 Princípio do equilíbrio contratual: em busca da efetividade .....	365
Referências .....	365

### DIREITOS DE AUTOR NA ERA DIGITAL: DESVENDANDO FRONTEIRAS ENTRE TECNOLOGIA E ARTE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO

<b>FERNANDA NUNES BARBOSA</b> .....	369
1 O caso .....	369
2 O enunciado normativo da Lei de Direitos Autorais: o art. 29 e a vedação à utilização de obra sem a autorização prévia e expressa do autor .....	370
3 A responsabilidade civil e o chamado lucro da intervenção .....	375

4 Literatura e música: possíveis pontos de contato para a solução do problema concreto .....	377
5 Conclusão .....	378
Referências .....	379

## NOVAS FAMÍLIAS

### CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E PSÍQUICA

<b>ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES</b> .....	383
1 A pessoa com deficiência com aptidão para o exercício de situações jurídicas existenciais .....	383
2 Condições para o exercício do direito de casar .....	388
3 Regime de bens .....	396
4 Tomada de decisão apoiada e casamento .....	398
Conclusão .....	402
Referências .....	403

### O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE EM PROCESSO DE HORMONIOTERAPIA EM FACE DA AUTORIDADE PARENTAL

<b>ANA PAOLA DE CASTRO E LINS</b> .....	405
1 Introdução .....	405
2 Autonomia existencial do adolescente: de objeto de proteção a sujeito de direitos .....	407
3 Autonomia corporal do adolescente .....	408
4 O consentimento livre e esclarecido do adolescente nos atos de disposição do próprio corpo: capacidade versus discernimento .....	409
5 A hormonioterapia como exercício da autonomia existencial do adolescente .....	412
6 Terapia hormonal no tratamento de disforia de gênero em adolescente: a necessária mitigação da heteronomia estatal .....	413
7 Conclusão .....	415
Referências .....	417

### DESFILIAÇÃO – A AUTONOMIA PRIVADA COMO FUNDAMENTO PARA A DESCONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO PATERNO-FILIAL

<b>ANTÔNIO JORGE PEREIRA JUNIOR, ANA MÔNICA ANSELMO DE AMORIM</b> .....	423
Introdução .....	423
1 A filiação no Direito brasileiro: tempo de redefinição? .....	424
2 O dever de cuidado nas relações paterno-filiais: socioafetividade e sociodesafetividade .....	427
3 Desfiliação – A autonomia privada como fundamento para a desconstituição do vínculo paterno-filial .....	428
Conclusão .....	431
Referências .....	432

## AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA: ALCANCE, EFEITOS E FINS

VITOR ALMEIDA .....	435
Introdução: dependência, apoio e tomada de decisões .....	435
1 A rede de apoios à pessoa com deficiência: fins e transformações .....	436
2 Tomada de decisão apoiada: função, alcance e efeitos .....	441
Considerações finais: o protagonismo de sua história .....	447
Referências .....	448

## TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO SUCESSÓRIO

### UMA RELEITURA DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PREVISTO NO ART. 1.831 DO CÓDIGO CIVIL

ANA LUIZA MAIA NEVARES .....	451
1 A família como fundamento da sucessão hereditária .....	451
2 O direito real de habitação previsto no artigo 1.831 do Código Civil .....	452
3 A função do direito real de habitação. Imperiosa necessidade de se analisar as condições pessoais de seu beneficiário .....	454
4 Por que uns e não outros? A escolha dos vínculos familiares a serem tutelados .....	458
5 Conclusão .....	460
Referências .....	461

### AUTONOMIA PRIVADA E FLEXIBILIZAÇÃO DOS PACTOS SUCESSÓRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

DANIELE CHAVES TEIXEIRA .....	463
1 Notas introdutórias .....	463
2 O direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea .....	464
3 Autonomia privada e sua funcionalização .....	465
4 A flexibilização dos pactos sucessórios .....	470
5 Considerações finais .....	477
Referências .....	477

### CONEXÕES: SUCESSÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

EROLUTHS CORTIANO JUNIOR .....	481
1 Delineamentos e premissas: um conceito restrito de sucessão <i>causa mortis</i> .....	481
2 Propriedade, autonomia e solidariedade familiar na sucessão <i>causa mortis</i> .....	482
3 A sucessão como direito fundamental .....	484
4 Herança e propriedade .....	485
5 Autonomia privada e sucessão .....	485
6 Solidariedade familiar e sucessão .....	486
7 Fecho .....	488
Referências .....	488

## OS HERDEIROS LEGITIMÁRIOS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO: AMPLIAÇÃO DA LIBERDADE DE TESTAR E PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA .....	491
1 Introdução .....	491
2 As razões pelas quais a proteção da legítima foi criada se sustentam ainda hoje, de modo a justificar a permanência desse instituto no Direito Civil contemporâneo? .....	492
3 Os princípios da solidariedade e da função social servem como motivos modernos para a permanência da proteção da legítima no sistema atual? .....	496
3.1 Solidariedade e legítima .....	496
3.2 Função social e legítima .....	497
Conclusão .....	499
Referências .....	500

## O NOVO REGIME SUCESSÓRIO DOS COMPANHEIROS: PRIMEIRAS REFLEXÕES

HELOISA HELENA BARBOZA .....	503
Introdução .....	503
1 Regime sucessório do cônjuge a partir de 2002 .....	504
2 Direitos sucessórios dos companheiros segundo o Código Civil .....	506
3 Aplicação do art. 1.829 do Código Civil aos companheiros: algumas questões .....	508
Considerações finais .....	511
Referências .....	512

## COLAÇÃO PELO VALOR DO BENEFÍCIO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL

ROSE MELO VENCELAU MEIRELES .....	513
1 Introdução .....	513
2 Reserva legítima e doação em adiantamento da herança .....	514
3 O cálculo da legítima e a colação .....	515
4 Sistema da colação pelo valor da doação ou da abertura da sucessão: interseções entre o Código Civil e o Código de Processo Civil .....	518
Conclusão .....	520

## RISCO E RESPONSABILIDADE

### FAKE NEWS: COMO GARANTIR LIBERDADES E CONTER NOTÍCIAS FALSAS NA INTERNET?

CHIARA SPADACCINI DE TEFFÉ, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA .....	525
1 Fake news: identificação e riscos à liberdade de expressão .....	525
2 Liberdade de expressão e dever de veracidade .....	533
3 Responsabilidade civil por publicação de conteúdos falsos .....	536
Considerações finais .....	542

## RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A MITIGAÇÃO DA REPARAÇÃO DOS DANOS

<b>MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO</b> .....	545
1 Introdução .....	545
2 A consagração da responsabilidade civil objetiva .....	546
3 O princípio da reparação integral do dano e sua mitigação .....	548
4 Conclusão .....	556
Referências .....	556

## A APLICAÇÃO DO LUCRO DA INTERVENÇÃO (*DISGORGEMENT OF PROFITS*) NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UM NOVO DANO NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU UMA CATEGORIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA?

<b>MIGUEL KFOURI NETO, RAFAELLA NOGAROLI</b> .....	559
1 Panorama da atual repercussão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil na sociedade brasileira .....	559
2 A recepção do <i>disgorgement of profits</i> nos sistemas jurídicos ao redor do mundo .....	561
2.1 Os fundamentos teóricos na aplicação do <i>disgorgement of profits</i> .....	562
2.2 Análise de decisões judiciais na <i>common law</i> que aplicaram o <i>disgorgement of profits</i> .....	564
2.3 A recepção do instituto do <i>disgorgement of profits</i> no sistema da <i>civil law</i> .....	566
3 A indenização pelos lucros do ofensor no Direito Civil brasileiro .....	567
3.1 O <i>disgorgement</i> e o instituto do enriquecimento sem causa .....	572
3.2 A delimitação do objeto da restituição .....	577
3.3 A restituição pelos lucros do ofensor nos tribunais brasileiros .....	578
3.4 O caso Giovanna Antonelli .....	580
4 Notas conclusivas .....	583
Referências .....	585

## A INOVAÇÃO BRASILEIRA DO "MÍNIMO REPARATÓRIO" PENAL E SUA APLICAÇÃO NOS PROCESSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

<b>NELSON ROSENVALD</b> .....	587
1 Introdução .....	587
2 A inovação brasileira: "o mínimo indenizatório" .....	588
2.1 O sentido da disposição legal .....	588
2.2 Critérios para a fixação do mínimo reparatório .....	592
3 A vítima como parte civil .....	596
4 O projeto do novo CPP .....	600
5 A aplicação do "mínimo indenizatório" na Operação "Lava Jato" .....	602
6 Conclusão .....	607
Referências .....	608

## RESPONSABILIDADE CIVIL POR RISCO DA ATIVIDADE: REFLEXÕES E PROPOSTAS A PARTIR DAS TRAGÉDIAS DE MARIANA E DA BOATE KISS

<b>ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS</b> .....	611
Introdução .....	611
1 Síntese evolutiva da teoria geral da responsabilidade civil ao longo da modernidade .....	611
1.1 A responsabilidade civil nas dobras da modernidade: da teoria da culpa à teoria do risco .....	612
1.2 Desdobramentos da teoria do risco: gerenciamento de riscos e socialização dos danos .....	613
1.3 Do individualismo moderno ao solidarismo contemporâneo: solidariedade social e igualdade frente aos encargos públicos .....	614
2 Novos tempos, novos danos: danos relacionados ao modo de vida na sociedade contemporânea .....	615
2.1 O incêndio da Boate Kiss em Santa Maria, RS .....	615
2.2 O derramamento de rejeitos de minérios nas barreiras da Samarco em Mariana/MG .....	616
2.3 Caracterização desses eventos .....	617
3 Proposições para atualização do sistema de responsabilidade civil .....	618
3.1 Função preventiva e precautória da responsabilidade civil, além da função ressarcitória .....	618
3.2 Responsabilidade civil proporcional .....	619
3.3 Afazeres do Estado .....	620
Conclusões .....	621
Referências .....	622

## PROTEÇÃO CONTRATUAL E VULNERABILIDADE

### A OPERATIVIDADE DA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA

<b>ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA</b> .....	625
1 Introdução .....	625
2 Função e estrutura da cláusula resolutiva expressa .....	626
3 Direito potestativo conferido ao credor diante da verificação do suporte fático da cláusula resolutiva expressa .....	628
4 Resolução extrajudicial da relação obrigacional .....	630
5 Efeitos da resolução da relação obrigacional .....	634
5.1 Efeito liberatório .....	635
5.2 Efeito restitutivo .....	638
5.3 Efeito ressarcitório .....	641
6 Conclusão .....	643
Referências .....	645

# A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COMO FUNDAMENTO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL: QUANDO OCORRE E QUAIS AS REPERCUSSÕES PRÁTICAS

<b>BRUNO TERRA DE MORAES</b> .....	647
1 Introdução .....	647
2 O adimplemento substancial associado à função social na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro .....	648
3 A teoria do adimplemento substancial .....	650
4 O adimplemento substancial e a função social do contrato .....	655
5 Conclusão .....	662
Referências .....	664

## PROPRIEDADE IMATERIAL, PESSOA E MERCADO

### VIVENDO NAS NUUVENS: DADOS PESSOAIS SÃO OBJETO DE PROPRIEDADE?

<b>ROBERTA MAURO MEDINA MAIA</b> .....	669
1 Introdução .....	669
2 Uma premissa importante .....	670
3 De direito absoluto a situação jurídica subjetiva: a propriedade hoje .....	676
4 A vida na lupa: propriedade e dados pessoais .....	680
5 De onde viemos, onde estamos e para onde vamos: a tutela patrimonial dos dados pessoais .....	688
6 Conclusão .....	694
Referências .....	695

### SUPERENDIVIDAMENTO: POR UM TRATAMENTO COLETIVO DE DÉBITOS

<b>DANIEL BUCAR</b> .....	699
1 Introdução .....	699
2 O Projeto de Lei para a solução do superendividamento .....	700
3 O problema da restrição objetiva dos débitos .....	700
4 O problema da restrição subjetiva do devedor .....	705
5 Conclusão .....	710
Referências .....	711

### DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ADVINDOS DO USO DE BITCOINS NO BRASIL

<b>LUCIANA XAVIER, MARÍLIA XAVIER</b> .....	713
1 Introdução .....	713
2 Aspectos fundamentais do Bitcoin .....	714
3 Inovação versus regulamentação: o papel do Direito .....	717
4 Considerações finais .....	721
Referências .....	722

# CONTRIBUTO PARA A DELIMITAÇÃO DOS NOVOS CONTORNOS DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

<b>THIAGO VILLELA JUNQUEIRA</b> .....	725
1 Introdução .....	725
2 Exceção de contrato não cumprido: considerações essenciais .....	726
3 Requisitos e funções da exceção de contrato não cumprido .....	731
4 Possíveis limites de oponibilidade .....	738
5 Notas finais .....	743
Referências .....	744

## ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E NOVAS FUNÇÕES DO CONDOMÍNIO

### PACTOS COMISSÓRIO E MARCIANO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM ESCOPO DE GARANTIA

<b>CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO</b> .....	749
1 Introdução .....	749
2 Projeções do pacto comissório e do pacto marciano nos negócios jurídicos com escopo de garantia .....	751
2.1 Na retrovenda .....	751
2.2 <i>No sale and leaseback</i> .....	754
2.3 Na procuração em causa própria .....	758
2.4 Na trajetória trifásica da apreciação do pacto comissório nos Tribunais Superiores .....	761
2.4.1 Primeira fase: o posicionamento do STF no sentido de aplicar a regra proibitiva de pacto comissório aos negócios jurídicos com escopo de garantia .....	762
2.4.2 Segunda fase: o posicionamento do STF no sentido de restringir a aplicação da regra proibitiva de pacto comissório às garantias reais típicas .....	764
2.4.3 Terceira fase: a retomada pelo STJ do primeiro posicionamento do STF no sentido de que os negócios jurídicos com escopo de garantia não podem constituir fraude à lei .....	769
3 Negócios jurídicos com escopo de garantia, pacto comissório e pacto marciano: paradigmas de interpretação-aplicação .....	771
Referências .....	774

### ADMISSIBILIDADE DO PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO

<b>PABLO WALDEMAR RENTERIA, DIEGO BRAINER DE SOUZA ANDRÉ</b> .....	777
1 Introdução .....	777
2 Conceito de pacto marciano .....	780
3 As razões da proibição do pacto comissório .....	782
4 Validade e legitimidade do pacto marciano .....	791
5 Aspectos atinentes ao regime de execução do pacto marciano .....	793
5.1 Aquisição do bem condicionada ao inadimplemento .....	793
5.2 Determinação do valor justo do bem .....	794
5.3 Data-base de apuração do valor justo .....	796



5.4	Cálculo do <i>superfluum</i> .....	797
6	Conclusão .....	797
	Referências .....	799
SOBRE OS AUTORES.....		803

*Autonomia privada, liberdades existenciais e direitos fundamentais* é o tema central do VI Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil), que se realizará no campus da Universidade de Fortaleza, e o título desta coletânea formada pela compilação de suas conferências e palestras. Elege por objetivo primordial analisar a expressão da autonomia privada no âmbito dos negócios patrimoniais e existenciais a partir da legalidade constitucional, utilizando os direitos fundamentais e o respeito à dignidade da pessoa humana como parâmetros referenciais.

Sob essa diretriz hermenêutica se constrói a teoria que, somada à crescente afirmação do Judiciário no fortalecimento dos mecanismos de controle da constitucionalidade, associa-se ao fenômeno designado como constitucionalização do Direito Civil, com significativos ganhos à democracia pela consolidação dos direitos fundamentais. Nos últimos anos, os tribunais superiores foram chamados a decidir sobre temas polêmicos que tocam ao Direito Civil, notadamente aos direitos de personalidade e de família, adotando os direitos fundamentais e o princípio da dignidade humana como norte hermenêutico. Trataram do direito à autodeterminação e à igualdade em matéria de gênero, da liberdade para a formação dos arranjos familiares não matrimoniais e da multiparentalidade e socioafetividade, interferindo na formação do parentesco.

Algumas dessas decisões judiciais mencionaram o direito à busca da felicidade, resultante da interação entre autonomia e dignidade da pessoa, para fundamentar o livre desenvolvimento da personalidade. Por meio dessa fundamentação, creditou-se à pessoa a possibilidade de construir a sua identidade e exercer a sua vida afetivo-familiar para além de modelos prefixados nos antigos códigos.

A solidariedade é outro princípio constitucional que também foi chamado a temperar a autonomia privada. Na medida em que o indivíduo cedeu lugar à pessoa constitucional, a sociabilidade se destacou em tons mais vibrantes. Afinal, o conceito de pessoa evoca a ideia de intersubjetividade, que implica corresponsabilidades, e não apenas as condutas abstencionistas de não violação da esfera jurídica alheia. Nessa medida, as cláusulas gerais que visam garantir essa socialidade pela solidariedade, a exemplo da boa-fé objetiva e da função social, incidem até sobre as situações subjetivas patrimoniais mais puras.

Por meio desse esforço hermenêutico que reconhece a incidência direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, destaca-se como igualmente importante o cotejo das transformações havidas na realidade para a reengenharia dos institutos tradicionais, a fim de que o direito efetivamente cumpra o seu papel de promover a estabilidade das relações em sociedade. A título exemplificativo, mencionam-se os domínios da inteligência artificial e sua interferência nos diversos campos da atuação humana, reclamando soluções jurídicas inovadoras, mas igualmente compatíveis com o conjunto de normas constitucionais.

Indiscutivelmente, a autonomia privada é assegurada e limitada pelos valores de justiça presentes na Constituição da República e pelo catálogo de direitos fundamentais.

## AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA: ALCANCE, EFEITOS E FINS

VITOR ALMEIDA

### Introdução: dependência, apoio e tomada de decisões

As profundas transformações promovidas no regime de (in)capacidade civil e no sistema de salvaguardas pela referida lei foram impulsionadas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, ratificados e incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com força e hierarquia constitucionais, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição da República. A CDPD adotou o modelo social da deficiência, que inclui a defesa dos direitos das pessoas com deficiência na agenda dos direitos humanos e determina a promoção de seus direitos fundamentais com finalidade de garantir sua plena inclusão social. Nesse sentido, a efetividade do modelo social depende do reconhecimento das pessoas com deficiência como iguais em valor e competência para atuar no meio social,<sup>1</sup> ainda que dependentes do apoio necessário para a prática dos atos da vida civil.

A dependência é intrínseca à condição humana e em alguns grupos vulneráveis se revela como hábil a demandar uma tutela específica, que não silencie o sujeito, mas o promova dentro de suas necessidades e potencialidades. O apoio não nega a capacidade e a autonomia, e nem tolhe o exercício dos direitos fundamentais, eis que permite a proteção de um indivíduo concreto, real e corporificado, ao invés de inserido em esquemas abstratos.<sup>2</sup> A autonomia se constrói na interdependência das teias das relações sociais e demanda, quando necessário, um aparato hábil a preservar ao máximo as escolhas livres e conscientes.

<sup>1</sup> Cf. BARBOZA, Heloísa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. In: *Revista brasileira de direito civil*, v. 13, p. 17-37, 2017.

<sup>2</sup> Cf. ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. *A curatela como instrumento de apoio à emancipação da pessoa com deficiência intelectual*. 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão, criou um novo instrumento de promoção dos interesses das pessoas com deficiência com o objetivo de assegurar o exercício da capacidade civil, sem submetê-las ao instituto da curatela – tradicionalmente o único modo de proteção da pessoa incapaz maior de idade. Surgiu, neste cenário, a denominada *Tomada de Decisão Apoiada*, por força do art. 116 do Estatuto, que inclui o art. 1.783-A e seus onze parágrafos no Código Civil, que tem descurtinado questões interessantes sobre os limites de tal apoio, bem como a distinção da curatela e seus efeitos.

A rigor, a tomada de decisão apoiada concretiza o art. 12.3 do Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, e estabeleceu que os “Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal”. Desse modo, a necessidade de criação de um instituto hábil à promoção e apoio de pessoas com deficiência para a tomada de decisões em relação à condução de suas vidas e em respeito à sua vontade já era um imperativo da ordem constitucional brasileira, eis que a CDPD possui força e eficácia de emenda à Constituição.

O reconhecimento da plena capacidade<sup>3</sup> das pessoas com deficiência implica medidas efetivas e apropriadas de apoio, de modo a prevenir abusos e assegurar sua participação social em igualdade de condições, que incluem a adoção de instrumentos proporcionais às circunstâncias de cada pessoa, para fins de proteção de seus interesses de cunho existencial e patrimonial. Nessa linha, a tomada de decisão apoiada é instrumento útil e promotor da autonomia e dignidade da pessoa com deficiência, sem amputar ou restringir sua vontade nas decisões de índole existencial e patrimonial, na medida em que os apoiadores atuam ao lado e como auxiliares da pessoa com deficiência, que será a verdadeira responsável pela tomada de decisão.

Nessa senda, o presente trabalho examina o instituto da tomada de decisão apoiada a partir da perspectiva do sistema de apoios à pessoa com deficiência, especialmente seu alcance, bem como a extensão e os limites de atuação dos apoiadores, sobretudo em relação aos negócios jurídicos entabulados pelos apoiados durante o apoio. Com isso, reafirma-se a imperatividade da construção de mecanismos jurídicos que podem promover a emancipação e atender o melhor interesse da pessoa com deficiência, de que é exemplo a tomada de decisão apoiada, de todo indispensável para a preservação de sua dignidade.

## 1 A rede de apoios à pessoa com deficiência: fins e transformações

O reconhecimento da capacidade de exercício assegurada às pessoas com deficiência intelectual depende de instrumentos hábeis a promover o respeito às suas vontades e preferências, prevenindo abusos e influência indevida na formação e manifestação da vontade. Com isso, permite-se a livre e autônoma tomada de decisão em questões existenciais e patrimoniais, amparadas e acompanhadas, sempre que necessário,

<sup>3</sup> BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. A capacidade à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). *Direitos das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 249-274.

de mecanismos apropriados e efetivos de apoio, sem privar ou substituir sua vontade, de modo a promover e concretizar sua dignidade e inclusão. Não adianta o reconhecimento legal da capacidade de agir se não há mecanismos de suporte e apoio à pessoa com deficiência para que se assegure o respeito à sua autodeterminação, sobretudo na esfera existencial. A lógica da proteção autoritária e excludente foi finalmente superada pelo paradigma do apoio e da inclusão, desafiando a doutrina a reconstruir todo o sistema protetivo das pessoas com restrições em sua capacidade.

Embora o regime das incapacidades não tenha sido completamente implodido, restando sua manutenção nos termos do art. 3º e 4º do Código Civil, a chave de leitura foi invertida com a internalização do CDPD, especialmente a disposição contida no art. 12, que impõe em termos concretos o reconhecimento da capacidade legal das pessoas com deficiência, superando a abstrata e formal regra da capacidade de exercício. É preciso para afirmar a capacidade civil plena das pessoas, a partir de uma perspectiva substancial e emancipatória, a adoção de medidas efetivas e apropriadas de apoio, de modo a prevenir abusos e assegurar a participação social em igualdade de condições em todos os aspectos da vida, devendo-se, para tanto, adotar instrumentos proporcionais às circunstâncias da pessoa e promocionais de seus interesses de cunho existencial e patrimonial.<sup>4</sup>

Antes do advento do EPD, o discurso da excepcionalidade da incapacidade e da presunção da capacidade civil tinha se tornado um discurso retórico e abstrato, idealizado para o sujeito neutro e codificado. O regime da incapacidade, portanto, já nasceu excludente e supressor, mas se ampliou na medida em que não seguiu o movimento de funcionalização e personalização do direito, permanecendo, de forma atávica, preso ao esquema estrutural e assistencialista do passado.

As mudanças promovidas pelo EPD no regime das incapacidades e na disciplina jurídica da curatela<sup>5</sup> ainda não foram muito bem sedimentadas na comunidade jurídica, que ainda se ressentido do fim da incapacidade absoluta das pessoas com deficiência. Intelectual. No entanto, cabe repisar que as mudanças que o EPD provocou no Direito Civil encontram-se bem alinhadas à axiologia da Convenção, exigindo um esforço de reconstrução e reinterpretação dos institutos jurídicos. Ao contrário do que se propagou inicialmente, a CDPD e o EPD têm por objetivo a inclusão social da pessoa com deficiência, na busca pela afirmação de sua autonomia, mas atentos às suas reais necessidades de

<sup>4</sup> CDPD, art. 12.4. “Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa”.

<sup>5</sup> Ver, entre outros, ABBREU, Célia Barbosa. A curatela sob medida: notas interdisciplinares sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o novo CPC. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). *Direitos das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas* – Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 545-568; BARBOZA, Heloisa Helena. A importância do CPC para o novo regime de capacidade civil. In: *Revista da EMERJ*, v. 20, n. 1, p. 209-223, jan./abr. 2018. Disponível em: <[http://www.emerj.tj.rj.jus.br/revistaeemerj\\_online/edicoes/revista\\_v20\\_n1/revista\\_v20\\_n1.html](http://www.emerj.tj.rj.jus.br/revistaeemerj_online/edicoes/revista_v20_n1/revista_v20_n1.html)>. Acesso em: 15 abr. 2018; BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor de Azevedo. O novo perfil da curatela em face do Estatuto da Pessoa com Deficiência. In: CABANELLAS, Beatriz Ramos; SILVA, Juvêncio Borges (Org.). *Direito de família e sucessões*. Florianópolis: Compedi, 2016, p. 128-147.

apoio e salvaguardas para o alcance da substancial igualdade. De forma alguma, tais diplomas deixam a pessoa desamparada ou desassistida. Inversamente, a promoção da sua autonomia e sua inclusão no meio social permite o descorritório de suas necessidades e, por conseguinte, o seu atendimento. Até então, o Direito Civil encontrava-se tão voltado para o “homem médio” que ficou cego para as diferenças humanas, apoiando-se em padrões sociais distantes do complexo emaranhado da sociedade.

A CDPD atribui ao Estado signatário o dever de instituir um sistema de apoio e salvaguardas guiados para viabilizar e promover o exercício da capacidade jurídica reconhecida às pessoas com deficiência com limitação mais severa (art. 12). Nesse passo, já se observou que o direito protetivo superou o sistema de substituição pelo sistema de apoio,<sup>8</sup> estruturado para favorecer o exercício da capacidade jurídica da pessoa com deficiência e, portanto, modulado às suas estritas necessidades para o alcance da autonomia possível. Importante visualizar, portanto, que o CDPD, seguido do EPD, impôs importante mudança paradigmática tendente a privilegiar o modelo de apoio<sup>9</sup> e salvaguardas da pessoa com deficiência, sempre proporcional às suas necessidades e voltado à conquista da sua autonomia. O modelo de apoio “diverge da representação tradicional porque respeita a vontade decisória do apoiado na maior medida possível, favorecendo a que ele mesmo, sempre que possível, venha a decidir e se projetar com uma vida independente”.<sup>8</sup>

O reconhecimento do direito a uma vida independente pressupõe a inclusão na comunidade, de modo a permitir que tenham liberdade de escola igual às demais pessoas, sem inferioridade ou segregação.<sup>10</sup> O objetivo da CDPD, amalgamado em nossa legislação infraconstitucional por meio do EPD, é a proteção da pessoa com deficiência, mas não no sentido assistencialista e excludente, substituindo sua vontade e desejos por escolhas alheias. Visa-se proteger para emancipar, uma tutela para libertar e incluir, apoiando e orientando para que as vontades, desejos e preferências sejam respeitados. Por isso, garantir uma vida independente e reconhecer a plena capacidade já é amparar e assistir, eis que concretiza a dignidade das pessoas com deficiência.

Ao reconhecer a diversidade das pessoas com deficiência na alínea “i” do preâmbulo, a CDPD admite que o apoio deverá ser mais intenso, a depender das limitações da pessoa com fins a proteger e promover os direitos humanos.<sup>10</sup> O modelo de apoio, insculpido pela Convenção, reconhece que a intensidade do suporte dependerá da gravidade da deficiência e seus efeitos limitadores sobre a higidez psíquica da pessoa, impedindo-o de manifestar objetivamente sua vontade de forma válida. Dessa forma, os

<sup>8</sup> MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. In: *Civiltica.com*, ano 4, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://civiltica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civiltica-com-a-4.n.1.2015.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>9</sup> Apoio significa ajuda, proteção, auxílio. Na língua inglesa, seria o *support*; no italiano, o *sostegno*; no espanhol, *apoyo*. Visa promover e proteger a autonomia da pessoa para que possa, de um modo independente, realizar as suas próprias escolhas e desenvolver seu projeto de vida (art. 3 – CDPD). MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Revista Pensar*, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 590, maio/ago. 2016.

<sup>10</sup> MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. *Op. cit.*, p. 591.

<sup>11</sup> V. art. 19, CDPD.

<sup>12</sup> CDPD, Preâmbulo, alínea “j”: “Reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio”.

institutos jurídicos de apoio devem ser reconstruídos para a promoção do exercício da capacidade das pessoas com deficiência, de acordo e proporcionais às suas necessidades a partir de formas apropriadas de suporte. Os suportes são necessários para que a pessoa com deficiência viva e seja incluída na comunidade, evitando o isolamento e a segregação. A finalidade do modelo de apoio, portanto, é a inclusão social por meio do reforço à capacidade legal, de modo a respeitar os direitos, a vontade e as preferências da pessoa com deficiência.

Até o advento do EPD, alinhado ao CDPD, o único instrumento jurídico posto à pessoa maior incapaz era a curatela, forjada no modelo de substituição da vontade, que, basicamente, se destinava a suprir a incapacidade das pessoas maiores ou emancipadas, com discernimento ceifado ou prejudicado, para a prática dos atos da vida civil. Um instituto, portanto, talhado para os incapazes maiores e voltado à substituição da vontade e eclipse dos desejos e preferências. A rigor, a curatela sedimentou-se de forma absoluta e generalizante em nosso ordenamento, pouco atenta às particularidades de cada pessoa submetida ao seu domínio.<sup>11</sup>

Mesmo após a regra instituída no agora revogado<sup>12</sup> art. 1.772 da versão original do CC/2002,<sup>13</sup> que estabelecia como regra a chamada curatela parcial,<sup>14</sup> determinando que o juiz se pronunciasse a respeito dos limites da curatela de acordo com “o estado ou o desenvolvimento mental do interditado”, que, após redação dada pelo EPD, se tornou “potencialidades da pessoa”,<sup>15</sup> na prática forense pouco se alterou, sendo a curatela total estabelecida na maioria esmagadora dos casos judiciais. A indiferença pela avaliação cuidadosa e individual das habilidades e potencialidade da pessoa curatela, com base em exames periciais padronizados, descorritório a banalização da curatela total, olvidando-se, não raras vezes, dos interesses do próprio curatelado. A rigor, com o fim da incapacidade absoluta, igualmente desapareceu a interdição total

<sup>11</sup> Nina Rodrigues já criticava a interdição completa como disposta no projeto do Código Civil de 1916: “O absolutismo das disposições do Projecto sobre a incapacidade por sanidade mental nem se compadece com os rigorosos princípios da equidade jurídica, nem satisfaz as desiderata da psiquiatria moderna. E na instituição da interdição que mais sensível se torna esta falha. O erro fundamental de doutrina reside aqui na equiparação absoluta, para os efeitos da interdição, de todos os estados mentais que podem modificar a capacidade civil. O Projecto coloca assim no mesmo plano, ao lado do simples fraqueza de espírito, ou imbecil, o maníaco ou o demente paralytico terminal, a par da simples fraqueza mental senil, a confusão mental declarada juntamente com as loucuras crônicas ou incuráveis, os episódios delirantes, mau ou menos efêmeros, dos degenerados” (sic). RODRIGUES, Nina. *O alienado no direito civil brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 146-147.

<sup>12</sup> O art. 1.772 foi revogado por força do art. 1.072, inc. II, da Lei n.º 13.105, que instituiu o Código Processual Civil. <sup>13</sup> Redação original do dispositivo no CC/2002: “Art. 1.772. Pronunciada a interdição das pessoas a que se referem os incisos III e IV do art. 1.767, o juiz assinará, segundo o estado ou o desenvolvimento mental do interditado, os limites da curatela, que poderão circunscrever-se às restrições constantes do art. 1.782”.

<sup>14</sup> Nina Rodrigues defendia: “Assim, interdição com curatela total para os casos de loucura completa e para os graus extremos da invalidez mental incurável ou prolongada; interdição parcial com o conselho judiciário com o direito francês, ou com inabilitação com no direito italiano, ou com curatela limitada ou circunscrita como em diversos códigos, para certas formas de loucura transitória, para os graus mitigados da fraqueza de espírito congênita ou adquirida, para certos alienados mais ou menos lúcidos, para certos casos de surdo-mudez e de afasia; simples curadoria provisória para as loucuras transitórias, assim como para os primeiros períodos das loucuras curáveis, intermidos ou não os loucos; finalmente, curatela voluntária para os casos de invalidez por moléstia física, inclusive certos casos de moléstias cerebrais, em que não se compromete a inteligência: tal o sistema harmônico e integral de proteção que um código civil moderno deve destinar aos interesses dos alienados e, em geral, dos incapazes por insanidade mental”. RODRIGUES, Nina. *Op. cit.*, p. 175-176.

<sup>15</sup> Redação dada pela Lei n.º 13.146/2015: “Art. 1.772. O juiz determinará, segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela, circunscritos às restrições constantes do art. 1.782, e indicará curador”.

do nosso ordenamento. Sempre há algum traço de vontade válida ainda que seja para relações afetivas e existenciais,<sup>14</sup> por isso, a curatela total nem excepcionalmente deve ser admitida atualmente. Nessa linha, Pietro Perlingieri já entendia que a “disciplina da interdição não pode ser traduzida em uma incapacidade legal absoluta, em uma ‘morte civil’”.<sup>15</sup> A curatela, em seu perfil renovado, é por essência limitada e proporcional, logo sempre parcial.

A curatela não desapareceu com a CDPD – embora não seja mencionada de forma expressa, pelo contrário, sua possibilidade é admitida como instrumento necessário para os casos de comprometimento mais severo das funções cognitivas. Na verdade, a curatela passa a ser qualificada como uma forma de apoio e salvaguarda das pessoas com deficiência intelectual que apresentam impedimento significativo, ao lado de instrumentos já contemplados pelo EPD como a tomada de decisão apoiada e outros que precisam ser idealizados para dar conta da diversidade das deficiências e da intensidade diferenciada de necessidade de suporte.

O que o EPD alterou, na linha do CDPD, foi a exclusividade da curatela como mecanismo solitário de proteção da pessoa maior incapaz. Ao lado da curatela, é preciso construir outros instrumentos jurídicos hábeis e proporcionais à necessidade de suporte e orientação da pessoa com deficiência que apresenta restrições à capacidade. Com efeito, a doutrina mais sensível já sinalizava há tempo a necessidade de “flexibilização da curatela”,<sup>16</sup> promovendo uma releitura do instituto a partir da cláusula geral de dignidade da pessoa humana. No entanto, a proposta do EPD foi ainda mais audaciosa. A curatela foi refundada, tendo sido sua estrutura e função modificadas. Não se trata de novos contornos, mas sim de novos perfis à luz do plural estatuto da pessoa com restrições à capacidade civil.

Pietro Perlingieri leciona que a gravidade da deficiência psíquica atrai diferentes estatutos de proteção, que devem ser justificados na exata medida da severidade da limitação imposta ao indivíduo, sob pena de excessiva proteção que se revela como tirania. Assim, o estado da pessoa deve ser “individualizado mediante uma complexa avaliação das condições pessoais do sujeito e daquelas sociais, culturais e ambientais, mas, sempre, em relação ao exclusivo interesse das manifestações do desenvolvimento

<sup>14</sup> Segundo Pietro Perlingieri, “quando concretas, possíveis, ainda que residuais, faculdades intelectivas e afetivas podem ser realizadas de maneira a contribuir para o desenvolvimento da personalidade, é necessário que sejam garantidos a titularidade e o exercício das expressões de vida que, encontrando fundamento no status *personae* e no status *civilitatis*, sejam compatíveis com a efetiva situação psicofísica do sujeito”. PERLINGIERI, Pietro. *Direito civil na legalidade constitucional*. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 782.

<sup>15</sup> *Id. Ibid.*, p. 782.

<sup>16</sup> Célia Barbosa Abreu defendia, sob a égide do Código Civil de 2002, que “havendo resquícios de faculdades intelectivas e emotivas em um indivíduo, urge respeitá-las e, mais do que isso, contribuir para que se desenvolvam, em observância, em especial, aos princípios da dignidade humana e da solidariedade. É inaceitável partir-se para a curatela plena quando existe alternativa de flexibilizá-la”. Desse modo, a consagração da curatela relativa no artigo 1.772 do CC/2002 surge como medida menos restritiva de direitos que a interdição total. A adoção da medida, no entanto, deve ser compatibilizada com o texto constitucional, a fim de assumir abrangência capaz de demonstrar observância à tábua axiológica instituída pelo constituinte de 1988 para o ordenamento jurídico brasileiro. [...] O cotidiano costuma demonstrar que, dentre os absolutamente incapazes, estão pessoas que não são incapazes para a integralidade dos atos da vida civil. Na realidade, desenvolvem-se nas áreas em que apresentam potencialidades, desde que lhes sejam oferecidas oportunidades para tanto. Logo, a capacidade das pessoas deve ser avaliada concretamente, a fim de se verificar se é o caso de permitir a *flexibilização* da curatela, mediante a adoção da interdição parcial e o afastamento da interdição total”. ABREU, Célia Barbosa. *Curatela e interdição civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 226 e 228 (grifos no original).

pessoal”, afastando-se alegações baseadas em supostos interesses superiores alheios que legitimariam a instrumentalização da pessoa curatelada.<sup>19</sup>

Desse modo, afirma-se que a remoção de “obstáculos ao pleno e melhor desenvolvimento da pessoa”, especialmente seu bem-estar físico e psíquico, constitui a “única legitimação constitucional do estatuto de proteção e promoção”, devendo-se funcionalizar a curatela a tal exigência.<sup>20</sup> A vocação contemporânea da curatela é emancipar o sujeito socialmente já aliado de seus direitos fundamentais, promovendo o livre desenvolvimento da sua personalidade, de modo que se respeitem suas vontades e preferências ao máximo, buscando-se que o próprio possa com o apoio e tratamento adequados exercer, por si, seu poder de autodeterminar-se, de escrever sua própria biografia.

A releitura da curatela denota, portanto, um paradoxo. Embora talhada para a pessoa incapaz, ou seja, com limitações ao livre agir, servindo como instrumento de proteção, a curatela, hoje, volta-se para a promoção da plena capacidade civil da pessoa com deficiência, buscando-se a conquista de sua autonomia e concretização de sua dignidade. Com isso, a curatela deve ser interpretada com base na cláusula geral de promoção da autonomia e inclusão da pessoa com deficiência, fundada conjuntamente no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), no art. 1º do EPD e no art. 758 do Código de Processo Civil, guiada pelas prescrições contidas na CDPD.

Nessa esteira, o direito protetivo assume perspectiva emancipatória diante da tutela integral da dignidade da pessoa humana, não mais excluindo da sociedade as pessoas consideradas diferentes, mas esforçando-se para incluir todas as pessoas num mundo plural e tolerante. Por isso, ampliou-se o apoio para além das pessoas declaradas judicialmente relativamente incapazes e não mais se comprime às formas tradicionais de suprimimento da vontade – representação legal e assistência, mas viabiliza a promoção e o respeito à sua vontade. Desse modo, busca-se assegurar as condições de exercício da capacidade civil de maneira bem informada e esclarecida.

## 2 Tomada de decisão apoiada: função, alcance e efeitos

A Lei nº 13.146/2015 criou um instrumento de promoção dos interesses das pessoas com deficiência com o objetivo de assegurar o exercício da capacidade civil, sem submetê-las ao instituto da curatela – tradicionalmente o único modelo existente para a proteção dos direitos da pessoa incapaz maior de idade. O art. 116 do Estatuto incluiu o art. 1.783-A e seus onze parágrafos no Código Civil, facultando à pessoa com deficiência a adoção de processo de “tomada de decisão apoiada”,<sup>21</sup> no qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade”.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> PERLINGIERI, Pietro. *Op. cit.*, p. 783-784.

<sup>20</sup> *Id. Ibid.*, p. 784.

<sup>21</sup> O tema da tomada de decisão apoiada não é compreendido pelo objeto da tese, mas merece breves considerações por se apresentar como novo instrumento de apoio à pessoa com deficiência e apontar brevemente os traços distintivos em relação à curatela.

<sup>22</sup> A tomada de decisão apoiada se inspira em modelos estrangeiros, como a figura do *amministratore di sostegno* (administrador de apoio), introduzido no Código Civil italiano (arts. 404 a 413) através da Lei nº 6/2004, e do

A rigor, este novo instituto já nasce diferenciado na medida em que visa preservar a capacidade civil das pessoas com deficiência, propiciando condições de seu exercício e promovendo sua autonomia e dignidade. A curatela, por sua vez, se caracteriza como instituto destinado a proteger as pessoas que têm sua capacidade restringida.

A tomada de decisão apoiada serve, portanto, para auxiliar as pessoas com deficiência na conservação de sua plena capacidade de fato, sendo que os apoiadores funcionam como coadjuvantes do processo de tomadas de decisão a respeito das escolhas de vida da pessoa com deficiência. Em outros termos, os apoiadores atuam ao lado e como auxiliares da pessoa com deficiência, que será a verdadeira responsável pela tomada de decisão. Trata-se de instituto promotor da autonomia e dignidade da pessoa com deficiência, sem amputar ou restringir sua vontade nas decisões de índole existencial e patrimonial.<sup>23</sup>

Cabe esclarecer que o apoiador não se confunde com a fisionomia do representante e do assistente, mas trata-se de figura completamente nova em nosso ordenamento, ataindo disciplina jurídica distinta dos demais institutos. A partir do atual sistema de apoio instituído pela CDPD e reforçado pelo EPD, admitem-se como instrumentos de apoio em sentido lato os institutos da tomada de decisão apoiada, cujo auxílio será prestado por dois apoiadores em sentido estrito, e da curatela, que é instrumentalizada por meio de assistentes e representantes, a depender do projeto terapêutico individualizado para cada situação. Com isso, atualmente, os curadores (com poderes de assistência ou representação) não deixam de ser apoiadores em sentido lato.

A tomada de decisão apoiada depende de processo judicial, com natureza de jurisdição voluntária, e que não encontra disciplina processual específica no Código de Processo Civil. E neste ponto, talvez, resida a única semelhança com a curatela: ambas dependem de decisão judicial. No entanto, na tomada de decisão apoiada o acordo submetido ao juiz determinará o âmbito de atuação dos apoiadores de acordo com a vontade das partes. Na curatela, contudo, a extensão dos poderes concedidos ao curador dependerá da avaliação do comprometimento e das necessidades do curatelando.

sistema de apoio ao exercício da capacidade, previsto no art. 43 do Código Civil e Comercial da Argentina, que tem a seguinte redação: "ARTÍCULO 43 - *Contingente. Función. Designación.* Se entiende por apoyo cualquier medida de carácter judicial o extrajudicial que facilite a la persona que lo necesite la toma de decisiones para dirigir su persona, administrar sus bienes y celebrar actos jurídicos en general. Las medidas de apoyo tienen como función la de promover la autonomía y facilitar la comunicación, la comprensión y la manifestación de voluntad de la persona para el ejercicio de sus derechos. El interesado puede proponer al juez la designación de una o más personas de su confianza para que le presten apoyo. El juez debe evaluar los alcances de la designación y procurar la protección de la persona respecto de eventuales conflictos de intereses o influencia indebida. La resolución debe establecer la condición y la calidad de las medidas de apoyo y, de ser necesario, ser inscrita en el Registro de Estado Civil y Capacidad de las Personas".

<sup>23</sup> "Cuidar-se de figura bem mais elástica do que a tutela e a curatela, pois estimula a capacidade de agir e a autodeterminação da pessoa beneficiária do apoio, sem que sofra o estigma social da curatela, medida nitidamente invasiva à liberdade da pessoa. Não se trata de um modelo limitador da capacidade de agir, mas de um remédio personalizado para as necessidades existenciais da pessoa, no qual as medidas de cunho patrimonial surgem em caráter acessório, prevalecendo o cuidado assistencial e vital ao ser humano. Enquanto a curatela e a incapacidade relativa parecem atender preferentemente à sociedade (isolando os incapazes) e a família (impedindo que dilapide o seu patrimônio), em detrimento do próprio interdito, a Tomada de Decisão Apoiada objetiva resguardar a liberdade e dignidade da pessoa com deficiência, sem amputar ou restringir indiscriminadamente seus desejos e anseios vitais". ROSENVALD, Nelson. A tomada da decisão apoiada. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/contenudo/Artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Apesar da festejada inovação, o instituto não ficou imune às críticas, sobretudo em razão da escolha legislativa pela "judicialização", o que talvez impeça sua efetividade,<sup>24</sup> forçando uma burocratização desnecessária, a exemplo da controvertida necessidade de intervenção do Ministério Público em demanda de pessoa plenamente capaz, que determina o art. 1.783-A, §3º, do CC.<sup>25</sup> Em razão do rígido controle judicial do procedimento de tomada de decisão apoiada, tem-se sustentado que o contrato de mandato seria uma alternativa mais prática à pessoa com deficiência capaz, que poderá outorgar poderes para o mandatário representar seus interesses sem a necessidade da via judicial.<sup>26</sup> Nada impede tal solução alvitrada por muitos operadores do direito, eis que o agente é plenamente capaz, no entanto, necessário frisar que não se confunde a figura dos apoiadores com o mandatário.

A tomada de decisão apoiada é instrumento específico para as pessoas com deficiência, que, nos termos do acordo submetido ao crivo judicial, permite que duas pessoas idôneas prestem apoio nas decisões da vida privada, esclarecendo e colaborando no processo de formativo da vontade. Contudo, a própria pessoa apoiada que atua diretamente nos atos civis, pois não há representação, uma vez que não se verifica outorga de poderes para atuar em nome de outrem.<sup>27</sup> Cuida-se de um encargo, ofício privado, por meio de acordo, com a fiscalização do Judiciário, que atribui ao apoiador um conjunto de deveres para acompanhar e fiscalizar os atos praticados pela pessoa com deficiência, de modo a colaborar e cuidar, prevenindo eventuais abusos sofridos, devendo recorrer ao Judiciário para dirimir o caso, uma vez que não possui poderes para representar ou assistir o apoiado.

O EPD, portanto, faculta a adoção de processo de tomada de decisão apoiada (art. 84, §3º) como forma de assegurar o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, a lei lhe reserva o direito em

<sup>24</sup> "O excessivo controle judicial que o Estatuto impõe ao processo de tomada de decisão apoiada tampouco se justifica, à luz da plena capacidade do beneficiário. [...] A 'judicialização' da tomada de decisão apoiada em um país como o Brasil, em que a celeridade na tramitação dos processos judiciais ainda é um objetivo a se conquistar, traz significativo risco de desinteresse sobre o novo instituto". SCHREIBER, Anderson. Tomada de Decisão Apoiada: o que é e qual sua utilidade?. In: *Jornal Carta Forense*, 3 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/contenudo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>25</sup> O art. 178, II do CPC determina a intimação do Ministério Público para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse de incapaz, o que não parece ser o caso do procedimento da tomada de decisão apoiada. Anderson Schreiber é contundente ao advogar que a "oitiva do Ministério Público, aliás, é uma exigência equivocada. Trata-se, aqui, de pessoa que, segundo o próprio Estatuto, é plenamente capaz, de modo que a intervenção do Parquet não encontra fundamento jurídico senão no próprio preconceito que o Estatuto pretendia extirpar: o de se tratar a pessoa com deficiência como alguém incapaz a decidir sobre seus próprios rumos". *Id. ibid.*

<sup>26</sup> "Mais prático será ao decidente, plenamente capaz, recorrer ao mandato ou a outros instrumentos semelhantes quando necessário lhe parecer, sem se submeter a um processo judicial, com todas as agruras que o ingresso em juízo implica, especialmente para a população mais carente de recursos econômicos – e mais necessitada, por isso mesmo, da proteção que o Estatuto deveria oferecer". SCHREIBER, Anderson. Tomada de Decisão Apoiada: o que é e qual sua utilidade?. In: *Jornal Carta Forense*, 3 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/contenudo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>27</sup> Joyceane Bezerra de Menezes é enfática ao afirmar: "Não há transferência de poderes do apoiado para o apoiador". MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 9, p. 56, 2016.

requerer o pedido de tomada de decisão apoiada,<sup>30</sup> bem como indicar de forma expressa as pessoas aptas a lhe prestar o apoio (art. 1.783-A, §2º), demonstrando o vínculo e a confiança existente entre apoiador e apoiado. Embora a lei resguarde à pessoa a ser apoiada a escolha em relação aos seus apoiadores, o §3º do art. 1.783-A determina que, antes de se pronunciar sobre o pedido, o juiz deve, acompanhado por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvir pessoalmente o requerente e as pessoas indicadas a lhe prestar apoio.<sup>31</sup>

O pedido de tomada de decisão apoiada exige a apresentação de termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e dos compromissos dos apoiadores, contendo inclusive o “prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar”, conforme prescreve o art. 1.783-A, §1º, sendo possível a prorrogação do prazo. Independentemente do prazo de vigência estipulado no acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada, a lei permite que a pessoa apoiada, a qualquer tempo, solicite o término do acordo firmado (art. 1.783-A, §9º), como forma de resguardar o direito de escolha da pessoa com deficiência, que pode não mais confiar ou ter um vínculo suficiente com o apoiador.<sup>32</sup> Nestes casos, entende-se que se trata de verdadeiro direito da pessoa apoiada, não sendo o caso do juiz ou outra autoridade perquirir os eventuais fundamentos da decisão já tomada.

O apoiador pode requerer sua exclusão do processo de tomada de decisão apoiada, consoante autoriza o §10 do art. 1.783-A, que condiciona seu desligamento à manifestação do juiz, que deverá intimar o beneficiário para indicar novo apoiador caso queira continuar com o regime de apoio. Descabe investigar os motivos do pedido de desligamento do apoiador, tendo em vista que o encargo cria inúmeros deveres e responsabilidades, e, por isso, não seria razoável forçar uma pessoa a continuar a exercer tal atribuição, ainda que o prazo estipulado não tenha expirado, exigindo-se, no entanto, a prestação de contas (art. 1.783-A, §11, CC).<sup>33</sup> O apoiador deverá ser destituído se a denúncia dirigida ao Ministério Público ou ao juiz for procedente e restar comprovada a ação negligente, a pressão indevida ou o descumprimento das obrigações assumidas.<sup>34</sup> A denúncia pode ser apresentada pela própria pessoa apoiada ou qualquer outra (art. 1.783-A, §§7º e 8º). Tais disposições reforçam o dever do apoiador de atuar de forma diligente e em benefício da pessoa apoiada, cuidando dos seus interesses e colaborando com a promoção de sua autonomia.

O alcance da tomada de decisão apoiada é questão debatida na doutrina pátria, especialmente com a restrição da curatela somente aos atos de natureza patrimonial e negocial, nos moldes do art. 85 do EPD. A rigor, embora a lei tenha previsto alguns dispositivos especificamente em relação aos atos negociais, a exemplo dos §§ 5º e 6º do art. 1.783-A do Código Civil, nada impede que a tomada de decisão apoiada alcance as situações existenciais,<sup>35</sup> visto que o *caput* do dispositivo diz expressamente que o apoio deve ser prestado em relação aos atos da vida civil, compreendendo, portanto, os atos patrimoniais e existenciais.

A disciplina pontual dos efeitos relativos à celebração de negócios jurídicos revela o apego do legislador aos aspectos patrimoniais da vida. Inclusive, de todo recomendável que as partes convençiem no termo do acordo as decisões existenciais que deverão ser amparadas. Como medida de apoio, imputa-se ao apoiador o dever de cuidado, razão pela qual, em alguns casos mais graves e urgentes, como em situações irreversíveis e inadiáveis, deverá recorrer ao juiz para dirimir eventual conflito de interesses, sempre atentando para o melhor interesse da pessoa apoiada e sua capacidade de autodeterminação, que pode estar comprometida e carecer de um mecanismo de apoio mais intenso. O alcance da tomada de decisão apoiada, portanto, se confunde com o da curatela. Embora ambas se mostrem ordinariamente voltadas às questões patrimoniais, é possível, excepcionalmente, que incidam sobre situações existenciais.

A extensão e os limites do termo de apoio não foram nitidamente definidos pela lei, razão pela qual o acordo deve ser submetido à apreciação judicial a fim de evitar afronta à lei ou interferência desarrazoada na vida do apoiado a ponto de lhe retirar sua autodeterminação. A função do apoiador é de esclarecimento e colaboração, auxiliando a retirar as barreiras sociais (sobretudo no campo comunicacional) para permitir que a pessoa apoiada possa livremente decidir. Por isso, indispensável constar no acordo o objeto do encargo, a especificação dos atos negociais em que o apoiador terá que prestar apoio, as situações existenciais em que deverá auxiliar, entre outros. Isto porque, em relação aos negócios jurídicos celebrados por pessoas apoiadas, o Estatuto estabelece que quando trouxerem risco ou prejuízo relevante, a questão deverá ser submetida ao juiz, que deverá decidir a matéria, ouvido o Ministério Público. Ou seja, o papel do apoiador é de supervisionar e não atuar em nome do apoiado.

Além disso, de acordo com o §4º do art. 1.783-A, a decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, mas desde que inseridas nos limites do apoio acordado. A parte final do dispositivo provoca dúvida a respeito da validade do negócio jurídico entabulado na hipótese de atuação da pessoa apoiada sem a colaboração do apoiador conforme estipulado no acordo firmado. O §5º do art. 1.783-A reforça tal ideia ao estipular que terceiro com que a pessoa apoiada mantiver alguma relação negocial poderá solicitar que os apoiadores contra-assinem o documento firmado, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado. Tal dispositivo se orienta com base na

<sup>30</sup> “A tomada de decisão apoiada constitui um acordo por meio do qual a pessoa interessada e, somente ela, apresenta ao juiz os termos e duração do apoio que requer, indicando duas ou mais pessoas idôneas com as quais mantenha vínculo e relação de confiança para que sejam seus apoiadores”. *Id. Ibid.*, p. 56.

<sup>31</sup> Nada impede que o magistrado, de ofício ou a pedido do Ministério Público, solicite a substituição de um ou ambos os apoiadores, desde que não apresentem(m) um sólido vínculo com a pessoa a ser apoiada, não seja confirmada a confiança esperada ou o(s) apoiador(es) não apresentem(m) a idoneidade necessária para o exercício da função. De modo a preservar a vontade da pessoa com deficiência, antes do juiz designar novo apoiador, deve ser instada a pessoa a ser apoiada a indicar novas pessoas aptas a prestarem o apoio requerido.

<sup>32</sup> “No pleito da tomada de decisão apoiada, o requerente deverá informar o prazo de vigência do acordo (art. 1.783-A, §1º), sendo possível a sua prorrogação. Não obstante, a pessoa beneficiária do apoio poderá, a qualquer tempo, requerer a extinção da medida, uma vez que preserva sua capacidade e autonomia”. MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei nº 13.146/2015), *cit.*, p. 51.

<sup>33</sup> “Os apoiadores podem requerer sua liberação do encargo ao juiz, ocasião em que devem prestar contas à semelhança do que se impõe ao curador”. *Id. Ibid.*, p. 57.

<sup>34</sup> “Os apoiadores têm deveres em relação à pessoa apoiada, respondendo civilmente pelos prejuízos que causarem por negligência, imprudência ou imperícia”. *Id. Ibid.*, p. 57.

<sup>35</sup> “Como a pessoa apoiadora não ocupará a função de representante ou assistente, não haverá razão para aplicar a limitação do art. 85, §1º, do EPD à Tomada de Decisão Apoiada. No caso, não está em jogo a renúncia ao exercício de direitos fundamentais tampouco a transmissão do exercício de direitos personalíssimos. Dessa forma é que se entende possível ao apoiador auxiliar o apoiado até no que diz respeito às decisões existenciais, tais como aquelas pertinentes ao casamento, ao divórcio, ao planejamento familiar, à educação, à saúde etc.”. MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei nº 13.146/2015), *cit.*, p. 47.



boa-fé objetiva, eis que impede que futuras invalidezes sejam arguidas em razão da não participação dos apoiadores no ato negocial celebrado ou plena capacidade do apoiado.<sup>34</sup>

De todo modo, tendo em vista que a capacidade civil se mantém intacta na tomada de decisão apoiada, os negócios celebrados pela pessoa apoiada, ainda que sem a presença do apoiador, são plenamente válidos. O art. 1.783-A, §6º, reforça a validade dos negócios jurídicos ao determinar que os ajustes entabulados que possam trazer riscos ou prejuízos ao apoiado devem ser submetidos à apreciação judicial, ouvido o Ministério Público. A rigor, se a tomada de decisão apoiada não afeta a plena capacidade civil, não há motivos para supor que os requisitos de validade previstos no art. 104 do Código Civil não foram atendidos, salvo se o juiz entender que, embora ainda não judicialmente declarado incapaz, suas condições psíquicas já estivessem comprometidas e o declaratório soubesse ou tivesse como saber, em atenção ao princípio da boa-fé objetiva.

Cabe sublinhar que a tomada de decisão apoiada pode anteceder a curatela,<sup>35</sup> como nos casos de doenças neurodegenerativas progressivas, nas quais a pessoa ainda no estágio inicial da enfermidade tem condições de decidir, logo, sua capacidade civil preservada. Contudo, ciente de que futuramente o desenvolvimento da doença afetará sua capacidade de autodeterminação, pode valer-se da decisão apoiada para formular diretiva antecipada de vontade sobre sua autcuratela e indicar seu curador ou curadores, que nada impede sejam seus próprios apoiadores. Pelo contrário, ainda na fase da lucidez e higidez mental, ou seja, plena capacidade para expressar sua vontade, a pessoa com

<sup>34</sup> O Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015, visa por meio de seu art. 8º acrescentar os parágrafos 12, 13 e 14 ao art. 1.783-A do Código Civil. Nos termos da redação do §12 a ser incluído, “os negócios e os atos jurídicos praticados pela pessoa apoiada sem participação dos apoiadores são válidos, ainda que não tenha sido adotada a providência de que trata o §5º deste artigo”.

<sup>35</sup> “A tomada de decisão apoiada não surge em substituição à curatela, mas lateralmente a ela, em caráter concorrente, jamais cumulativo. Em razão dessa forçosa convivência, paulatinamente a doutrina terá que desenvolver critérios objetivos para apurar a sutil delimitação entre o âmbito de aplicação de cada uma dessas medidas. Desde já podemos cogitar das zonas cinzentas em que concorrem todos os pressupostos legais para a incapacitação judicial, porém, antes que se inicie o processo de interdição, o vulnerável delibera por requerer a Tomada de Decisão Apoiada”. ROSENVALD, Nelson. A tomada da decisão apoiada. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>. Acesso em: 27 dez. 2017. Interessante questão suscitada pela doutrina, mas que escapa aos limites do presente trabalho, diz respeito à fungibilidade entre os pedidos de decisão apoiada e curatela, muito embora seja deferido ao juiz o poder de adaptação dos procedimentos para melhor atender ao direito material da parte requerente, nos limites da lei”. Essa adequação jurisdicional do processo deve respeitar o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Por isso, “[...] no pedido de decisão apoiada, se o juiz, ao ouvir a parte requerente, assistido por uma equipe multidisciplinar, identificar indícios de que a mesma sofre limitações severas à capacidade de discernir, considerando o parecer do MP, poderá adaptar o feito. Poderia intinar os legitimados ativos da ação de curatela (C.Civ., art. 747), fazendo uso do que dispõe o art. 139, VI, do NCPC, para lhes facultar a propositura do pedido de curatela, a fim de resguardar os interesses da pessoa em questão. Se a pessoa apresentar uma limitação psíquica grave, o próprio Ministério Público poderá, em caráter subsidiário, propor a ação de curatela. Nos termos do art. 748, do Código Civil, a legitimidade ativa do MP somente se justifica se as pessoas designadas no artigo anterior não existirem, quedarem inertes ou, existindo, forem incapazes. Uma vez proposta a ação e decretada a curatela, extingue-se a tomada de decisão apoiada”. Assim, “se a pessoa sob apoio tiver as suas limitações psíquicas ou intelectuais agravadas no curso da TDA, qualquer pessoa com legitimidade para a propositura da curatela poderá fazê-lo, sendo preventivo o juízo que conheceu o processo de decisão apoiada. Nomeado um curador provisório, já se esvazia o papel do apoiador, especialmente se o âmbito do apoio coincidir com a extensão do que se pede na curatela. Assim, uma vez decretada a curatela, a tomada de decisão apoiada é encerrada. Como a nomeação do curador, segundo o NCPC (art. 755, §1º), será atribuída a quem melhor possa atender os interesses do curatelado, nada obsta que o apoiador designado venha a ser designado o curador”. MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei nº 13.146/2015), cit., p. 57.

deficiência poderá avaliar se os apoiadores são realmente aptos a exercerem em prol de seu melhor interesse o encargo da curatela.

O recente enunciado nº 640, aprovado na VIII Jornada de Direito Civil, em interpretação do art. 1.783-A do CC, enuncia que a “tomada de decisão apoiada não é cabível, se a condição da pessoa exigir aplicação da curatela”, deixando claro que na hipótese de severo comprometimento psíquico para a manifestação de vontade a restrição à capacidade de agir deve ser apoiada por meio da curatela. Por sua vez, o Enunciado nº 639 reafirmou a autonomia da pessoa com deficiência ao entender que a opção pela tomada de decisão apoiada é de sua legitimidade exclusiva e que a “pessoa que requer o apoio pode manifestar, antecipadamente, sua vontade de que um ou ambos os apoiadores se tornem, em caso de curatela, seus curadores”, o que reforça que tal instituto pode anteceder a curatela, sem se confundirem.

### Considerações finais: o protagonismo de sua história

O EPD, na diretriz emanada pela CDPD, impactou significativamente o direito protetivo no Brasil, antes de feito assistencialista e calcado no modelo de substituição de vontade, inaugurando um sistema protetivo-emancipatório de apoio à pessoa com deficiência, de modo a preservar ao máximo sua autodeterminação para conduzir sua própria vida, prevendo instrumentos de suporte e salvaguarda, caso seja necessário e na medida exata de que realmente precisa. Com isso, o regime de apoio apropriado reforça o reconhecimento da autonomia em âmbito patrimonial e existencial da pessoa com deficiência, funcionalizando os mecanismos de suporte para permitir uma vida digna e independente.

Por isso, com a inclusão promovida pelo Estatuto, além dos já conhecidos institutos da tutela e da curatela – respectivamente destinados a proteger os incapazes em razão do critério etário e demais hipóteses de incapacidade –, surgiu a tomada de decisão apoiada, com estrutura e função bem distintas. A rigor, este novo instrumento já nasce diferenciado na medida em que visa preservar a capacidade civil das pessoas com deficiência, propiciando condições de seu exercício e promovendo sua autonomia na interdependência e dignidade. Ao contrário, a curatela e a tutela são institutos patológicos, ou seja, destinados a proteger as pessoas já legalmente consideradas incapazes (*rectius*: capacidade restringida), com atribuição de poderes para que o curador e o tutor gerenciem os atos da vida civil, agora restringidos aos atos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, EPD).

A tomada de decisão apoiada serve, por sua vez, para apoiar as pessoas com deficiência na conservação de sua plena capacidade de fato, logo, promover a autonomia e a dignidade, sendo que os apoiadores funcionam como coadjuvantes do processo de tomada de decisões a respeito das escolhas de vida da pessoa com deficiência, e não o contrário, como na hipótese de curatela, quando se eclipsa a vontade da pessoa curatelada, num verdadeiro processo de substituição. Trata-se de novo mecanismo que auxiliará a pessoa com deficiência no exercício de sua capacidade, enaltecendo sua autodeterminação para conduzir a própria vida e protagonizar sua história.



## Referências

- ABREU, Célia Barbosa. A curatela sob medida: notas interdisciplinares sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o novo CPC. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas – Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão*. Rio de Janeiro: Processo, 2016. p. 545-568.
- ABREU, Célia Barbosa. *Curatela e interdição civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. *A curatela como instrumento de apoio à emancipação da pessoa com deficiência intelectual*. 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BARBOZA, Heloisa Helena. A importância do CPC para o novo regime de capacidade civil. In: *Revista da EMERJ*, v. 20, n. 1, p. 209-223, jan./abr. 2018. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista\\_v20\\_n1/revista\\_v20\\_n1.html](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v20_n1/revista_v20_n1.html)>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA, Vitor. A capacidade à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). *Direitos das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016. p. 249-274.
- BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. O novo perfil da curatela em face do Estatuto da Pessoa com Deficiência. In: CABANELLAS, Beatriz Ramos; SILVA, Juvêncio Borges (Org.). *Direito de família e sucessões*. Florianópolis: Conpedi, 2016. p. 128-147.
- BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. In: *Revista brasileira de direito civil*, v. 13, p. 17-37, 2017.
- MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. In: *Civilistica.com*, ano 4, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica-com-a-4.n.1.2015.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 9, 2016.
- MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Revista Pensar, Fortaleza*, v. 21, n. 2, maio/ago. 2016.
- PERLINGIERI, Pietro. *Direito civil na legalidade constitucional*. Tradução de Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- RODRIGUES, Nina. *O alienado no direito civil brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- ROSENWALD, Nelson. A tomada da decisão apoiada. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/contendo/artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- SCHEREBER, Anderson. Tomada de Decisão Apoiada: o que é e qual sua utilidade? In: *Jornal Carta Forense*, 03 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/contendo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALMEIDA, Vitor. *Autonomia da pessoa com deficiência e tomada de decisão apoiada: alcance, efeitos e fins*. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEPEDEINO, Gustavo (Coord.). *Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 435-448. ISBN: 978-85-450-0585-8.

## TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO SUCESSÓRIO